

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
SERTÃO PERNAMBUCANO  
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL**

**CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

**ÉRICO AGUIAR FERREIRA**

**EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR:  
CONCEITOS E IMPORTÂNCIA**

**PETROLINA - PE  
2021**

**ÉRICO AGUIAR FERREIRA**

**EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS  
E IMPORTÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do curso de agronomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, campus Zona Rural Petrolina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Engenharia Agrônômica.

Orientador(a): Prof. Rosemary Barbosa de Melo

**PETROLINA - PE  
2021**

F383

Ferreira, Érico Aguiar.

Extensão rural e agricultura familiar: conceitos e importância / Érico Aguiar Ferreira. - 2021.  
36 f.: il.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia)-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Petrolina, 2021.

Bibliografia: f. 32-36.

1. Agricultura familiar. 2. Extensão rural.  
I. Título.

CDD 307.72

**ÉRICO AGUIAR FERREIRA**

**EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E  
IMPORTÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do curso de Agronomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Petrolina, Campus Zona Rural, como requisito parcial à obtenção do título de Engenharia Agrônômica.

Aprovado em: 11 / 03 / 2021

**Banca Examinadora**

Rosemary Barbosa de Melo:82129827420

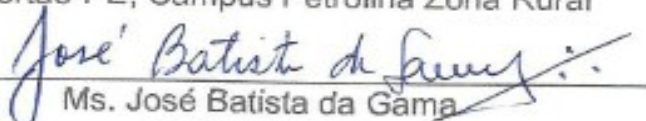
Assinado de forma digital por  
Rosemary Barbosa de  
Melo:82129827420  
Dados: 2021.03.12 09:54:14 -03'00'

Dra. Rosemary Barbosa de Melo  
Orientador/Presidente  
IF Sertão-PE, Campus Petrolina Zona Rural

Jeane Souza da Silva:02811033483

Assinado de forma digital por  
Jeane Souza da Silva:02811033483  
Dados: 2021.03.12 14:16:45 -03'00'

Ms. Jeane Souza da Silva  
2º Examinadora  
IF Sertão-PE, Campus Petrolina Zona Rural



Ms. José Batista da Gama  
3º Examinador  
IF Sertão-PE, Campus Petrolina Zona Rural

PETROLINA

2021

Dedicatória.

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus pais, meus irmãos, minha orientadora, que aceitou de pronto me orientar neste trabalho e que sempre terei uma imensa gratidão e respeito, e, em especial, à minha filha Maria Fernanda, que sempre foi e sempre será minha maior e melhor inspiração para tudo.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais, meus irmãos, minha filha, minha noiva, meus amigos, que sempre me incentivaram e me apoiaram de alguma forma nos momentos mais difíceis desta minha trajetória.

À professora Rosemary Barbosa de Melo, por ter aceitado meu convite para ser minha orientadora neste trabalho, desempenhando tal função com dedicação e amizade.

Ao professor José Batista da Gama, que, por mais que esteja já aposentado, dedicou um pouco do seu tempo para me coorientar e me instruir neste trabalho.

Aos professores do IF Sertão Petrolina Campus Zona Rural, que muito contribuíram, com suas correções e seus ensinamentos, e me permitiram apresentar um melhor desempenho no processo de formação profissional ensinando-me a comportar-me como cidadão ao longo do curso e durante o exercício de minha profissão.

## RESUMO

A agricultura familiar é de grande importância para toda a população brasileira; entretanto, apesar de muitas políticas implementadas nos últimos anos, continua evidente o deslocamento do homem do campo para a cidade, provocando o fenômeno do êxodo rural, muitas vezes, impossibilitando o processo sucessório familiar, tendo em vista que muitos jovens, filhos de agricultores, que deveriam continuar com as atividades nas unidades produtivas da família, migram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Outros vão em busca de novos conhecimentos com o objetivo de os aplicarem nas atividades agrícolas e no manejo das criações. É bom frisar que muitos deles não retornam à origem, contribuindo assim para o achatamento da população rural. Buscando solucionar os problemas relacionados à agricultura familiar, surgiu na década de 40, do século passado, começando em 1948 por Minas Gerais o serviço de extensão rural, que vem, ao longo dos anos, sendo aprimorada com o amparo de políticas públicas indispensáveis ao planejamento, execução e avaliação da assistência técnica e extensão rural junto aos produtores e suas famílias. Uma das principais políticas públicas existentes para auxiliar a extensão rural e os agricultores familiares tem sido o PNATER, que trouxe consigo inovações, dentre elas, a aplicação de metodologias participativas, com as quais é possível considerar o saber tradicional do agricultor e as atividades que são resolvidas por meio de diálogo. Dessa forma, esse serviço, que é levado ao pequeno agricultor familiar por intermédio do extensionista, é de suma importância, pois proporciona a esses agricultores melhores condições de vida, acesso a políticas públicas voltadas ao setor primário e a oportunidade de trabalhar com as novas tecnologias da agricultura, que facilitam a vida no campo. O objetivo do presente trabalho foi reunir, por meio de uma revisão bibliográfica, resultados importantes sobre agricultura familiar e extensão rural. As pesquisas e buscas para a delimitação de conceitos e estudos acerca do tema foram extraídas de estudos presentes nos bancos de dados: *Scie/oe* Google Scholar (Acadêmico). Foram incluídas publicações em português e inglês. Utilizaram-se conceitos e dados de artigos, publicados nos últimos 10 anos, no período de 2010 até o ano de 2020. Durante a pesquisa, foram encontrados 1.000 resultados, sendo que no primeiro momento, foram selecionados 59 artigos publicados em revistas. Após acessá-los individualmente, o acervo foi reduzido para 19, dos quais 8 são

revisões bibliográficas. Foi possível reunir resultados importantes sobre o tema estudado, concluindo que a extensão rural é de grande importância para os agricultores familiares. Apesar de seu estudo ser contínuo e trabalhado já há alguns anos, merece ainda ser intensificado para que cheguem a todas as famílias do meio rural, principalmente, as mais carentes economicamente, que, por sina, carecem bastante desta assistência.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Extensão Rural. Metodologias Participativas.



## ABSTRACT

Family farming is of great importance for the entire Brazilian population; however, despite many policies implemented in recent years, the displacement of men from the countryside to the city remains evident, causing the phenomenon of rural exodus, often making the family succession process impossible, considering that many young people, children of farmers, who should continue with activities in the family's production units, migrate to the city in search of better living conditions. Others go in search of new knowledge in order to apply it in agricultural activities and in the management of livestock. It is worth noting that many of them do not return to their origin, thus contributing to the flattening of the rural population. Seeking to solve the problems related to family farming, the rural extension service emerged in the 1940s, beginning in 1948 in Minas Gerais, which has been improved over the years with the support of public policies indispensable to planning, execution and evaluation of technical assistance and rural extension with producers and their families. One of the main existing public policies to assist rural extension and family farmers has been PNATER, which brought innovations, among them, the application of participatory methodologies, with which it is possible to consider the traditional knowledge of the farmer and the activities that are solved through dialogue. Thus, this service, which is brought to the small family farmer through the extension worker, is of paramount importance, as it provides these farmers with better living conditions, access to public policies aimed at the primary sector and the opportunity to work with new technologies in agriculture, which make life easier in the countryside. The objective of the present work was to gather, through a bibliographic review, important results on family farming and rural extension. Scholar Google (Academic). Publications in Portuguese and English were included. Concepts and data from articles, published in the last 10 years, from 2010 to 2020 were used. During the research, 1,000 results were found, and in the first moment, 59 articles published in magazines were selected. After accessing them individually, the collection was reduced to 19, of which 8 are bibliographic reviews. It was possible to gather important results on the studied topic, concluding that rural extension is of great importance for family farmers. Although its study has been continuous and worked on for some years, it still deserves to be intensified so that it reaches all rural families, especially the most economically deprived, which, by the way, are in great need of this assistance.

**Keywords:** Family farming. Rural extension. Participatory Methodologies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Quantidade de artigos publicados no período de 2010 a 2020.

21

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Linha do tempo com ano, autores, título e metodologias participativas dos artigos estudados no presente trabalho.....	23
Tabela 2 Linha do tempo com ano, autores e título dos artigos publicados em forma de revisão bibliográfica.	
- .....	28

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
SIBRATER	Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MEXPAR	Metodologia Participativa de Extensão Rural
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
DRR	Diagnóstico Rural Rápido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>SUCESSÃO FAMILIAR E ÊXODO RURAL.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>EXTENSÃO RURAL .....</b>	<b>19</b>
<b>2.4</b>	<b>PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS.....</b>	<b>20</b>
<b>2.5</b>	<b>UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS.....</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é de suma importância para toda a produção brasileira. Seu conceito é bastante amplo, diversificado. Segundo Wanderley (1999), de maneira simples, denomina-se de agricultura familiar quando a mão de obra local é realizada pelos proprietários do estabelecimento. Em concordância com o autor acima, Guanziroli et al. (2001) acrescentam que o trabalho familiar deve superar a mão de obra contratada. De acordo com a FAO/INCRA (1996), são considerados produtores familiares quando não se tem empregado permanente e possui, em determinada época do ano, no máximo, cinco trabalhadores temporários, variando de acordo com o nível de renda agrícola

A produção com base na agricultura familiar possui elevada importância na promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades locais

Segundo o IBGE (Censo Agropecuário de 2017), no Brasil, são 3,9 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, representando 77% do total, os quais ocupam 80,9 milhões de hectares e são responsáveis por 23% de toda a produção agrícola do país. Ainda de acordo com o IBGE, a população rural brasileira está com idade entre 30 e 60 anos, indicando que a durabilidade dos estabelecimentos rurais dependerá continuamente das novas gerações, evidenciando a importância do processo sucessório familiar na continuidade dos negócios rurais.

Entretanto, é comum observar a vulnerabilidade em algumas regiões, fazendo com que ocorra a emigração e os familiares que deveriam assumir o negócio e dedicar-se na sucessão e prosseguimento das atividades mudam de cidade em busca de melhoria de vida (MENDONÇA et al., 2013).

Tentando contornar essa situação e oferecer uma melhor assistência a estes produtores, buscando evitar a emigração e possibilitar a prosperidade nestes campos, surge a extensão rural.

A extensão rural tem contribuído com os produtores rurais, mesmo com a dificuldade de aceitação de alguns produtores na adesão de novas tecnologias ou, até mesmo, na troca de conhecimento. Dentre os métodos utilizados pelos extensionistas rurais, estão o planejamento e as metodologias participativas. Esses métodos possibilitam a interação entre agricultores, famílias e os demais atores

envolvidos, para que juntos possam enfrentar e buscar solução para os problemas comuns (RUAS et al., 2006).

Freire (1982) já trabalhava com o tema e o definia com a explicação de que deveria ser educativo e não deveria substituir os conhecimentos, sejam eles tradicionais, populares, locais, por nenhum pacote ensinado em universidades, mas, ao contrário, tudo deveria ser somado para que o espaço para diálogo fosse aberto.

O termo extensão rural apresenta, a *priori*, três formas de argumentação (processo, instituição ou organização e política pública). Para a primeira forma de argumentação, extensão rural é um ato de comunicação, compartilhando conhecimento de qualquer natureza de forma educativa. Na forma seguinte, o termo é conhecido por entidade ou organização pública que presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nos estados. Definir extensão rural como política pública refere-se às políticas desenvolvidas ao longo do tempo para tratar desse termo. Essas políticas foram traçadas pelo governo, seja por meio de dispositivos legais ou por meios programáticos, entretanto podem ser trabalhadas de forma pública ou privada (PEIXOTO, 2008).

No Brasil, a extensão rural surgiu ao final da década de 40 do século passado (LIMA et al., 2014), e seu modelo vem sendo aprimorado até os dias atuais. Seu objetivo era incrementar e modernizar as produções por meio de transferências de tecnologias (BRITO et al., 2012; ROS, 2012).

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é, portanto, identificar a importância da extensão rural para os agricultores familiares, principalmente, para aqueles que possuem pouco acesso às informações e às tecnologias, além de reunir, por meio de uma revisão bibliográfica, resultados importantes sobre agricultura familiar, extensão rural e a utilização de metodologias participativas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR**

O termo agricultura familiar está em constante evolução, buscando manter a originalidade vinda das produções camponesas, e, apesar de todas as mudanças que o atual agricultor tem presenciado, não significa que estejam rompendo com os modos de produção anteriores, pois, ao invés disso, procura-se garantir que a



tradição camponesa seja fortalecida através da adaptação das novas exigências da sociedade (ALTAFIN, 2007).

São classificadas como agricultura familiar, segundo a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, as áreas inferiores a quatro módulos fiscais, bem como quando a mão de obra utilizada for majoritariamente dos familiares, a atividade agrícola deve compor, no mínimo, metade da renda da família e a gestão do estabelecimento deve ser estritamente familiar. Vale ressaltar ainda que, de acordo com a lei acima citada, como agricultura familiar tradicional entendem-se os agricultores enquadrados na referida lei e que não pertencem à reforma agrária (BRASIL, 2006).

Sabe-se que a agricultura familiar, anteriormente conhecida por agricultura de subsistência, faz parte da produção do país desde o início da ocupação do território brasileiro; entretanto, até a década de 1990, não havia sido observada nenhuma política pública relacionada às necessidades dos agricultores familiares, que alcançasse todo o território brasileiro (MATTEI, 2014).

## **2.2 SUCESSÃO FAMILIAR E O EXÔDO RURAL**

O processo de sucessão familiar é o que ocorre em empresas familiares, quando os pais passam suas funções para seus filhos ou para as gerações mais novas. Normalmente, os filhos passam a administrar as atividades da empresa; entretanto, é necessário que o mesmo tenha competência e experiência adquirida. Essa sucessão permitirá que a empresa tenha uma nova visão, receba novas propostas e expectativas, além de que se espera que os sucessores proporcionem uma visão mais inovadora ao negócio (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2012).

Apesar de algumas políticas públicas implementadas, muitos agricultores familiares ainda passam por problemas, seja a baixa disponibilidade de recursos financeiros, pouca área de terra para a produção, dificuldade de acesso ao mercado, entre outros. Esses pontos acabam restringindo a possibilidade de competir com produtores maiores, além de prejudicar o desenvolvimento das propriedades (SOUZA et al., 2011; PAULA et al., 2014), resultando na desmotivação dos jovens

no campo e impossibilitado o processo de sucessão familiar, pois os mesmos emigram da zona rural em busca de melhores oportunidades e condições de vida, fazendo com que os gestores atuais trabalhem por mais tempo ou como ocorre em muitos casos onde as atividades das empresas são finalizadas ainda na primeira geração (MARTINS et al., 2008; MENDONÇA et al., 2013; FACIONI; PEREIRA, 2015).

Segundo Mera e Netto (2014), a modernização e as novas tecnologias aplicadas, também, estão diretamente relacionadas, motivando os pais a incentivarem os filhos na busca por um nível educacional superior, o problema é que após esse período poucos são os filhos que retornam para trabalhar na zona rural.

### **2.3 EXTENSÃO RURAL**

Para solucionar os problemas atuais e auxiliar os produtores na modernização de seus campos, melhorando o meio agrário, aumentando a produção, gerando divisas com as exportações, surgiu, na década de 1940, a extensão rural. O marco inicial foi no ano de 1948, em Minas Gerais, com a criação da ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural. Após anos de constantes mudanças, as instituições de assistência técnica e extensão rural passaram a executar políticas públicas, que beneficiam as famílias dos agricultores (BRITO et al., 2012; CASTRO, 2015).

Diversas modificações, orientações políticas, concepções, missões institucionais, intervenções, público preferencial, capacidade de operação, foram observadas desde o surgimento da extensão rural. A partir do ano de 2003, novas mudanças significativas foram postas em práticas, definidas por meio de políticas públicas inovadoras na promoção do desenvolvimento rural (DIAS, 2008). Vale ressaltar ainda que extensão rural não é apenas a implementação das políticas públicas ou de metas; contudo, auxilia na geração de políticas e inovações possibilitando a comunicação e o convívio entre os legisladores e os mediadores locais (LEEJUIS, 2004).

A extensão rural procura desenvolver, através da comunicação, uma relação técnico/agricultor. Essa relação permitirá alcançar excelentes resultados desde que

o contato direto seja permitido entre as partes envolvidas, possibilitando uma melhor compreensão das atividades desenvolvidas, seja em propriedades agrícolas ou em todo o meio rural (LIMA et al., 2014).

Em concordância com os autores citados acima, Freire (1982) explicava que o termo extensão rural deve ser aplicado como um processo participativo de comunicação, fazendo-se necessária a reciprocidade, isto é, os interesses expressados devem ser compreendidos, considerando sempre os aspectos culturais da vivência do indivíduo.

Entretanto, observa-se que alguns agricultores apresentam uma maior dificuldade no trabalho em conjunto, na organização, união, assim como na aceitação de novas tecnologias ou no uso inadequado das mesmas, o que acaba afetando a produção e o rendimento da propriedade (LANDINI, 2015).

## **2.4 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS**

Diversas políticas públicas foram implementadas pelo governo federal desde o surgimento da extensão rural; algumas não vingaram, outras, entretanto, estão em vigor e sendo aprimoradas até hoje. Nesse contexto e influenciando-se pelo modelo de extensão rural dos Estados Unidos, criou-se em 06 de dezembro de 1948, em Minas Gerais, a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), por meio de um acordo entre governo estadual mineiro e a Fundação Rockefeller. Em seguida, a ACAR foi instituída em todo o território nacional, com o objetivo de estender à família rural a promoção agrícola, a organização da economia doméstica e disseminação de técnicas modernas de produção e administração, por meio do crédito supervisionado, que, até então, era uma inovação no modelo brasileiro (INSTITUTO CULTIVA, 2008; PEIXOTO, 2008).

Muitas empresas, sistemas ou estruturas governamentais foram criados e absorvidos ao longo dos anos; entretanto, todas possuíam o objetivo de oferecer suporte à extensão rural no país. O 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, criado pelo Decreto no 91.766, de 10/10/1985), era um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e

socialmente justo e por estimular, dentro do Sibrater, ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais (PEIXOTO, 2008).

Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares, criou-se o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O PROVAP foi a base da primeira e mais importante política pública criada em seguida e destinada aos agricultores familiares. Suas reformulações deram origem ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano de 1996. A partir desse ano, o programa firmou-se como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. A ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional (MATTEI, 2015).

Em 2004, a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) surgiu a partir dos problemas encontrados no modelo convencional da ATER, que foram desenvolvidos baseados no difusionismo. O PNATER baseia-se nos princípios da agroecologia, além de apoiar-se em metodologias participativas (BRASIL, 2004; MEDEIROS e BORGES, 2007).

## **2.5 UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS**

A utilização de metodologias participativas surgiu, *a priori*, em 1970, por meio de intervenções de organizações não governamentais (ONGs) e governamentais europeias em países da África e Ásia. Já no Brasil, essas metodologias surgiram como forma de intervenção, principalmente por ONGs nas décadas de 1980 e 1990. As Metodologias Participativas são uma forma de mediação, orientação e intervenção que se baseiam nos princípios éticos e reconhecimento dos valores culturais (PEREIRA, 2001).

A utilização de metodologias participativas possibilita a interação e o diálogo entre os agricultores e os extensionistas. Criaram-se essas metodologias pensando

nos resultados que seriam alcançados a partir da troca de saberes e experiências. No método de planejamento participativo e gestão social apresentado na MEXPAR, os produtores e agricultores devem estabelecer uma relação afetiva, trocar informações, executar o planejamento e, por fim, concretizar com a comunidade e os grupos, tudo o que foi planejado (RUAS et al., 2006).

Dentre as metodologias participativas, encontram-se o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e o Diagnóstico Rural Rápido (DRR). O primeiro surge como ferramenta fundamental na construção do diálogo entre extensionista e agricultor. Essa metodologia procura incentivar o desenvolvimento, participação e interação da comunidade com os agentes de desenvolvimento, por meio de técnicas de animação e dinâmica de grupo. As técnicas utilizadas permitem potencializar e formar talentos locais, possibilitando uma melhor contribuição na sociedade, por meio do trabalho e do planejamento de atividades em grupo. Medidas como DRP vêm sendo aplicadas, principalmente, em assentamentos rurais ou em situações de vulnerabilidade, seja na cidade ou no campo (MARINHO e FREITAS, 2015).

A segunda metodologia mencionada no parágrafo anterior é o Diagnóstico Rural Rápido, porém esse método é utilizado apenas para coletar informações das famílias rurais. O DRR é uma técnica utilizada por pesquisadores e extensionistas de projetos financiados e que são realizados nas comunidades por um curto período de tempo (CAPORAL, 1991).

Além das metodologias participativas, é importante que o serviço de extensão rural seja amparado também em métodos simples e complexos, próprios da ATER. A empatia entre o extensionista e a comunidade rural facilita a introdução de inovações tecnológicas, às vezes, desconhecidas pelas partes envolvidas. Para melhor aceitação dos agricultores, faz-se necessário, também, o uso correto das metodologias próprias do serviço de extensão rural, que podem ser utilizadas de acordo com a realidade local.

A orientação técnica, que é necessária a se fazer no sentido da emancipação e cidadania, não é uma atividade muito fácil, pois, antes de tudo, ela é uma arte que não é simples questão de dom ou para qual não nascemos habilitados. Para apreender o significado dessa arte, exige-se o desenvolvimento de um olhar crítico e criativo sobre o mundo, e não só a destreza e habilidade técnica (GONTIJO, 2005)

### 3. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura, utilizando conceitos e dados de artigos, publicados nos últimos 10 anos, sendo de 2010 até o ano de 2020. Foram incluídas publicações em português e inglês. As pesquisas e buscas para delimitação de conceitos e estudos acerca do tema foram extraídas de estudos presentes nos bancos de dados: *Scielo* e Google Scholar (Acadêmico).

A busca das informações na literatura foi realizada a partir da utilização das seguintes palavras-chave: extensão rural, agricultura familiar e metodologias participativas. As palavras-chave foram escolhidas por meio de questionamentos adquiridos durante o processo da revisão sistemática que norteiam os objetivos do trabalho.

Durante a pesquisa, foram encontrados 1.000 resultados. Em um primeiro momento, foram selecionados 59 artigos publicados em revistas; após acessá-los individualmente, o acervo foi reduzido para 19; destes, 8 são revisões bibliográficas. Vale ressaltar que os demais resultados encontrados não apresentavam o foco da pesquisa em questão ou eram fontes que não seriam inclusas no presente trabalho, como, por exemplo: livros, capítulos de livros, resumos simples e expandidos, entre outros; por esse motivo, foram excluídos do acervo, porém o alto número de estudos encontrados nos permite observar a vasta importância e disponibilidade de estudos referentes ao tema em estudo.

A primeira parte do trabalho consiste na organização do material, considerando todo o movimento de seleção do *corpus* acima descrito, assim como a codificação dos 19 artigos que o compõem. A codificação e a identificação para cada artigo estão de acordo com o ano em ordem decrescente, autores, título.

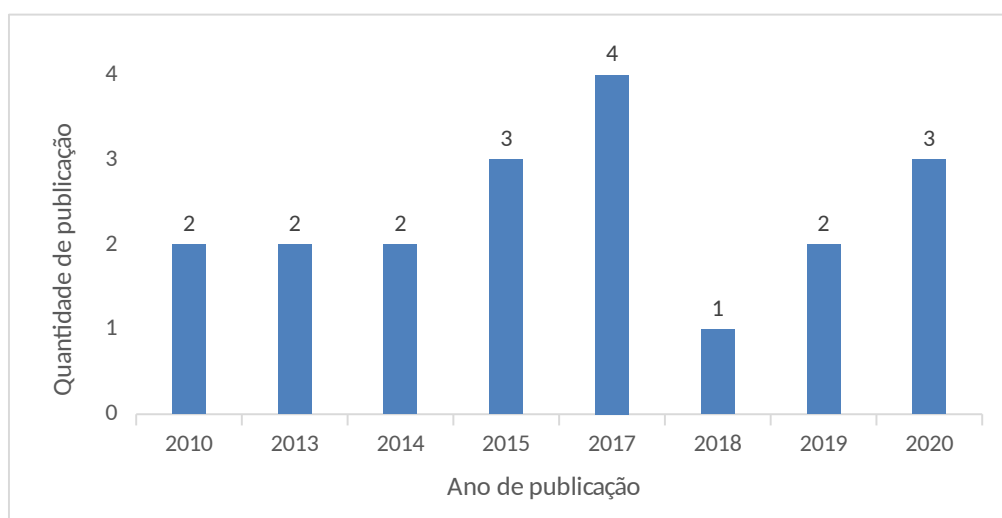
A exploração do material compreende um estudo aprofundado do *corpus*. Mediante uma primeira leitura, foi elaborado um documento no *excel*® em forma de fichamento com as informações principais sobre os artigos: ano, autores, título, metodologias participativas utilizadas. A interpretação deve-se à interpretação das categorias, pautadas em inferências embasadas no referencial teórico adotado.

Com os resultados alcançados foi construída uma linha do tempo para observação de todos os estudos realizados até o presente momento.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1, podemos observar a distribuição dos artigos obtidos nesta revisão bibliográfica. Totalizaram-se 19 artigos publicados em revistas no período de 10 anos. É possível observar que o ano em que mais ocorreram publicações sobre o tema foi em 2017, com quatro publicações, seguidos dos anos 2020 e 2015 com três, em cada ano. Dois artigos foram publicados, em cada ano, nos anos de 2010, 2013, 2014 e 2019, enquanto que, no ano de 2018, verificou-se apenas uma publicação.

Constatou-se a presença de um intervalo de publicação entre os anos de 2010 a 2013, não sendo observado nenhum artigo publicado nesse período. Verifica-se também ausência de publicação no ano de 2016. Vale ressaltar que isso não significa que o tema não foi estudado, mas que as publicações realizadas foram em meios que não estão inclusos no presente estudo.



**Figura 1:** Quantidade de artigos publicados no período de 2010-2020.

A PNATER, criada em 2004, traz consigo um novo modelo de ATER, que busca propor, *a priori*, o uso de metodologias participativas e a valorização do saber do agricultor (FARIA e DUENHAS, 2019). Por esse motivo, a extensão rural passa a ter um caráter educacional, característica observada durante essa pesquisa, já que a utilização das metodologias participativas se tornou mais freqüente, possibilitando aos agricultores uma participação mais ativa, considerando sempre seus saberes tradicionais.

Observa-se que o uso de DRP vem sendo utilizado constantemente, já que esta metodologia surgiu em mais de um dos trabalhos estudados, com foco principalmente em Costa et al. (2017); Pordeus et al. (2014) e Oliveira (2015).

Bem como a metodologia citada acima, a utilização de entrevistas semi-estruturadas também foi observada frequentemente (MORAIS e CALLOU, 2017), (OLIVEIRA, 2015), (SOUZA et al., 2014), (DOETZER et al., 2010), indicando que sua aplicação é um excelente método participativo para coleta de dados. Assim como os referidos métodos mencionados anteriormente, surgem com frequência atividades como: oficinas, conversas, discussões, opiniões, exposição de ideias, dias de campo, visitas técnicas (Tabela 1).

Na linha do tempo abaixo, denominada de Tabela 1, encontram-se os 11 artigos que foram selecionados durante a pesquisa nas fontes Google Acadêmico e *Scielo*, para a consolidação desta revisão bibliográfica. Vale ressaltar que todos os trabalhos selecionados relacionam agricultura familiar, extensão rural e a utilização das metodologias participativas.

Alguns dos artigos presentes nesta revisão bibliográfica e mencionados na Tabela 1 serão discutidos abaixo. A ideia é mostrar ao leitor o ponto de vista dos autores sobre a importância da extensão rural para os agricultores familiares, bem como sobre os excelentes resultados alcançados por meio da utilização de metodologias participativas.

Fonseca, Florentino e Bianchini (2017), em busca de ferramentas participativas para seleção de variedades com agricultores familiares, relataram que a participação ativa dos agricultores, ou seja, a utilização de processos participativos e educativos para o manejo e conservação dos recursos genéticos de acordo com as necessidades e objetivos das comunidades é de grande importância, pois permitem que a seleção de uma espécie ocorra com os critérios definidos pelos agricultores, critérios esses que, muitas vezes, divergem dos selecionados pelos melhoristas.



No mesmo sentido dos autores citados acima, Costa et al. (2020)descreveram que o desenvolvimento de atividades junto com a comunidade é muito importante, já que se observam mudanças no pensamento dos agricultores, mostrando-se abertos a novas ideias e à aceitação dos métodos de manejo do solo propostos. Por esse motivo, torna-se necessário intensificar, de maneira continuada, as atividades de extensão rural junto aos agricultores, levando em consideração as diferentes realidades, diversidade e dinâmica das famílias do meio rural.

ANO	AUTORES	TÍTULO	METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
2020	Fabricio Nilo Lima da Silva, Aracy Sá Pereira, Lenilton Alex de Araújo Oliveira, Luã Caldas de Oliveira, Antonia Rafaela Gonçalves de Macedo, Manoel Luciano Aviz de Quadros	Rural extension methodologies applied to aquaculture a parallel between theory and practice	Reuniões; Visitas; Caminhadas; Poster; Folder; Seminário; Curso; Palestras; Entrevistas; Oficinas; Árvore do problema; Realidade/desejo; Oportunidades
2020	Sidney Anderson Teixeira da Costa Allan César Bezerra, Michelle Ferreira Silva Antônio Henrique Cardoso Nascimento, Luiz Guilherme Medeiros Pessoa	Extensão rural para conservação de solo na agricultura familiar	Visitas as propriedades rurais; Oficinas; Conversas; Confecção e distribuição de materiais didáticos; Aplicação de questionários após as oficinas.
2017	Diego Neves de Sousa, Flávia Charão Marques, Hellen Christina de Almeida Kato	Novo programa, novos atores: Inovação e agroecologia na agricultura familiar do Tocantins	Oficina de Concertação (Um tema proposto a cada grupo para discussão); Apresentação dos temas, troca de experiências
2017	Maria Aldete Fonseca Alineaurea Florentino Paola Cortez Bianchini	Ferramentas participativas para seleção de variedades com agricultores familiares	Espetos de madeira; Tempestade de ideias Matriz de classificação; Seleção com espetos de madeira

**Tabela 1:** Linha do tempo com ano, autores, título e metodologias participativas dos artigos estudados no presente trabalho.

**Tabela 1:** Continuação...

<b>ANO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS</b>
<b>2017</b>	Francimara Souza da Costa Ana Cláudia Fernandes Nogueira Therezinha de Jesus Pinto Fraxe	O Ensino da extensão rural agroecológica na perspectiva dialógica - participativa	Uso de diálogo para discutir as teorias; Exposição de ideias Vivências e Opiniões; Oficinas; Dias de campo; Uso de DRP
<b>2017</b>	Josiani Alves de Morais, Angelo Brás Fernandes Callou	Metodologias participativas e desenvolvimento local: a experiência do projeto Dom Hélder Câmara no assentamento Moacir Lucena	Entrevistas semiestruturadas
<b>2015</b>	Marcelo LelesRomarco de Oliveira	Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais	Utilização de DRP; Diálogo e discussão entre os assentados Planejamento participativo; Mapeamento histórico; Entrevista semiestruturada; Rotina diária; Construção de maquetes; Caminhada transversal; Matriz da realidade/desejo; Eleição de prioridades; Desejo temporal Entrevista semi-estruturada; Construção de indicadores de manejo sanitário de ordenha e capacitação
<b>2014</b>	Alexandre Prestes de Souza, Luciana Aparecida Honorato, Cíntia Uller Gómez, Clarissa Silva Cardoso, Maria José Hotzel	Construção e uso de indicadores para avaliação do manejo de ordenha: Uma proposta: metodológica participativa	Entrevista semi-estruturada; Construção de indicadores de manejo sanitário de ordenha e capacitação

Tabela 1: Continuação...

<b>ANO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS</b>
<b>2014</b>	Roberto Vieira Pordeus, Alberto Hudson Souza Costa, Silvaneide Severino da Silva, Valeria Ingridth Almeida Lima, Joaquim Odilon Pereira	Diagnósticos rurais participativos nas unidades de produção familiar no Estado do Rio Grande do Norte através da EMATER	Uso de DRP; Oficinas; Mapeamento participativo; Apresentação de atividades e discussão
<b>2013</b>	Cidonea Machado Deponti Sérgio Schinneider	A Extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: O caso de Dom Feliciano – RS	Reuniões técnicas; Dia de campo; Visitas às propriedades Entrevistas
<b>2010</b>	Benno Henrique WeigertDoetzer, Fabiano A. S. Dalto, José Edmilson de Souza Lima, Daniel Larsen Miguel MansuAisse, Edna Batistella Lopes	Diagnóstico rural participativo aplicado a Bacia do Rio Verde, região metropolitana de Curitiba, PR (Brasil)	Mapeamento histórico; Eleição de prioridades; Hierarquização por frequência; Diagrama de Venn; Entrevista estruturada

Estudando a construção e o uso de indicadores para a avaliação do manejo da ordenha: uma proposta metodológica participativa, Souza et al. (2014) afirmaram que o uso de metodologias participativas é eficaz em promover a mudança e o comportamento dos agricultores a curto prazo. Ainda segundo os autores, a metodologia utilizada no trabalho foi adequada aos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Durante o estudo realizado por Costa et al. (2014), sobre diagnósticos rurais participativos nas unidades de produção familiar no Estado do Rio Grande do Norte através da EMATER, foi possível conhecer o trabalho de extensão rural realizado pela EMATER-RN, assim como a realidade da comunidade rural de Olho D'Água Velho. Por meio deste trabalho, vivenciaram e conheceram os programas e os projetos disponíveis aos agricultores familiares do estado do Rio Grande do Norte. Dessa forma, pode-se presenciar a importância da assistência técnica especializada nas atividades de extensão, promovendo o desenvolvimento no campo por meio da educação e difusão de tecnologias às famílias carentes da comunidade.

Costa, Nogueira e Fraxe (2017) esclareceram que as utilizações de metodologias participativas são importantes, porém é necessário que o profissional (extensionista) esteja preparado para o desenvolvimento das atividades, pois, caso contrário, apenas acontecerá como nos métodos tradicionais e as metas não serão atendidas. De acordo com os autores, o ensino de extensão rural deve prepará-los para concentrar-se no agricultor e destacá-lo como ator do conhecimento e não como receptor. Por este motivo, é necessário que os estudantes da área passem mais tempo em comunidades ou propriedades rurais, que lhes permitirá conviver com a realidade em que atuarão.

Em seu estudo, Moraes e Callou (2017) evidenciaram a importância do trabalho de extensão rural, relatando que a utilização de metodologias participativas pelo PDHC/Coopervida incentivou uma participação mais ativa dos assentados. O fato de os técnicos estarem sempre prontos para ouvir as demandas dos agricultores, de promoverem reuniões de planejamento para tomada de decisões, possibilitarem o contato dos assentados com outras comunidades e a resolução de conflitos; permitiram que as famílias da região experimentassem formas diferenciadas de assistência técnica e extensão rural na perspectiva do desenvolvimento local.

Ainda segundo o autor citado, o trabalho entre PDHC/Coopervida e os agricultores de Moacir Lucena foi desenvolvido durante os 10 anos e, mesmo após esse período, o que se observou com o encerramento das atividades foi o desânimo dos agricultores por terem que tocar os projetos sozinhos. Apesar de ter sido longo o período de assistência técnica quando comparado a outros trabalhos do mesmo caráter, os agricultores relatam ainda a necessidade de continuidade para os projetos econômicos produtivos.

Analisando a extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul, Deponti e Schneider (2015) observaram que a extensão rural tem papel fundamental no processo de diversificação, pois pode intensificar e abranger as alternativas, fazendo com que as análises entre esses serviços e a relação com os produtores sejam relevantes. Entretanto, neste estudo, observou-se que tabaco está impregnado na região de tal forma que acaba dificultando a implementação do processo de diversificação produtiva. Os agricultores possuem uma dependência alta do cultivo, mesmo que os resultados não sejam satisfatórios.

Segundo os mesmos autores, foi possível observar no estudo que as famílias produtoras mais pobres em termos econômicos, culturais e de relações sociais são também as menos atendidas pelos serviços de extensão rural oficiais, evidenciando que os mais necessitados são os que menos têm acesso.

De acordo com Silva (2013), A ATER tem atuação no território nacional, é fixado em lei e é público, ou seja, seu trabalho deve atender a toda a agricultura familiar, não restringir social e setorialmente. Sabe-se que essa política pública, quando aplicada em campo, deve ser um processo de troca de saberes, não é apenas o técnico que possui, mas o saber do agricultor precisa ser respeitado, resultando em um diálogo mútuo; os técnicos precisam dialogar sobre todos os problemas que forem apresentados, examiná-los juntamente com os produtores de forma que venha a ajudá-los progressivamente. Por este motivo, suas ações devem ser orientadas a partir do desejo dos agricultores familiares. O técnico precisa ter o papel de servidor público que está a serviço dos agricultores familiares. É dever do Estado garantir as condições sociais e econômicas para que os produtores familiares tenham condições mais favoráveis de lograr e perseguir os objetivos fixados nos Programas Públicos de ATER e que eles tenham meios para isso.

**Tabela 2:** Linha do tempo com ano, autores e título dos artigos publicados em forma de revisão bibliográfica.

<b>ANO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO</b>
2020	Marcos Roberto Gregolin Renato Santos de Souza	A construção de referentes teórico-metodológicos de ATER para a gestão de cooperativas de agricultores familiares: luxo ou necessidade?
2019	Alexandre Augusto Ramos de Faria Rogerio Allan Duenhas	A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda mais distante da agricultura familiar
2019	Alex Pizzio Cleiton Silva Ferreira Milagres	Entre o discurso do reconhecimento e a prática da intervenção: A política nacional de assistência técnica e extensão rural como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar
2018	Raphael Fernando Diniz Antonio Nivaldo Hespanhol	Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: A (difícil) implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER)
2015	Silvia Cristina Vieira Cristiane Hengler Corrêa Bernardo Ana Elisa Bressan Shimith Lourenzani	Política pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar
2015	Cristiane Moraes Marinho Helder Ribeiro Freitas	Utilização de metodologias participativas nos processos de assistência técnica e extensão rural (ATER): fundamentos teórico-práticos
2013	Raimundo Pires Silva	As especificidades da nova ATER para agricultura familiar
2010	Andreia de Oliveira Vieira Gilmar Laforga Lúcio Bastos Madeiros	Extensão rural no Brasil e a política nacional de assistência técnica e extensão rural

O ponto de vista de Silva (2013), Marinho e Freitas (2015) corrobora com Vieira et al. (2015), ao mencionarem que as ações devem ser aplicadas observando cada produtor rural, valorizando e respeitando seus saberes culturais, adotando metodologia participativa que priorize a reflexão e construção de novos conhecimentos. Na ATER, sua eficiência depende da participação de todos os colaboradores envolvidos desde o fomento ao desenvolvimento rural sustentável de

modo sinérgico, buscando uma melhor qualidade de vida por meio de diálogo entre os agentes da ATER e agricultores,

Faria e Duenhas (2019) concluíram que a agricultura familiar precisa diversificar a renda para que possa permanecer no campo, divergindo da agricultura empresarial. Por esse motivo, a ATER tornou-se indispensável ao agricultor familiar, pois é por meio dela que surgirão alternativas e combinações mais seguras. Em suas conclusões, os autores mencionam que os números alcançados nos censos agropecuários indicam que apenas uma minoria recebe os serviços de ATER, lembrando que os produtores menos capitalizados são os que mais necessitam de um acompanhamento técnico mais efetivo por parte do Estado.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Baseando-se na revisão bibliográfica realizada no presente trabalho, pode-se concluir que a extensão rural é de grande importância para os agricultores familiares. Apesar de seu estudo ser contínuo e trabalhado já há alguns anos, merece ainda ser intensificado para que chegue a toda a população rural, principalmente as mais carentes economicamente e que, por sinal, carecem bastante dessa assistência. Então, ficou bem evidente no referido estudo que a manutenção da propriedade familiar é um desafio, principalmente quando se refere à sucessão familiar e que isso torna um trabalho ainda mais árduo para o próprio extensionista. Então, é responsabilidade do estado, principalmente, criar políticas públicas eficientes e sérias, capacitar os agentes de desenvolvimento para que ele possam apoiar, incentivar e ajudar os agricultores familiares .



## REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.
- BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, Secretaria da Agricultura Familiar, 2004
- BRASIL. Senado Federal. *Lei nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 30 outubro. 2020
- BRITO, L. et al. Gestão do conhecimento numa instituição pública de assistência técnica e extensão rural do Nordeste do Brasil. *Revista de Administração Pública*, v.46, n.5, p.1342-1366, 2012.
- CAPORAL, F. R. A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público. (dissertação de mestrado). Santa Maria/RS: CPGER/UFSM, 1991.
- CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. 2015.
- COSTA, F. S. D. NOGUEIRA, A. C. F.; FRAXE, T. D. J. P. O ensino da extensão rural agroecológica na perspectiva dialógico-participativa. *Revista Amazônica de Ensino de Ciências*. (2017).
- COSTA, S. A. T.; BEZERRA, A. C.; SILVA, M. F.; NASCIMENTO, A. H. C.; PESSOA, L. G. M. EXTENSÃO RURAL PARA CONSERVAÇÃO DO SOLO NA AGRICULTURA FAMILIAR. *Extensão em Foco*, (20). 2020.
- DEPONTI, C. M.; SCHINNEIDER, S. A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. *Revista IDeAS*, 7(2), 176-213. (2013).
- DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. *Perspectivas em Políticas Públicas*, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). *Extensão Rural*, 25(2), 7-30. (2018).

DOETZER, B. H. W.; DALTO, F. A. LIMA, J. E. S.; LARSEN, D.; AISSE, M. M.; lopes, E. B. Diagnóstico rural participativo aplicado a Bacia do Rio Verde, Região Metropolitana de Curitiba, PR (Brasil). In *XXXII Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental* (pp. 1-8). (2010).

FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no Estado de Mato Grosso do Sul. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015.

FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, DF: UTF/BRA/036/BRA, 1996.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p 45-47. 1982.

FONSECA, M. A. FLORENTINO, A. BIANCHINI, P. C. Ferramentas participativas para seleção de variedades com agricultores familiares. *EXTRAMUROS-Revista de Extensão da Univast*, 5(2), 125-137. (2017).

GREGOLIN, M. R.; SOUZA, R. S. A construção de referentes teórico-metodológicos de ATER para gestão de cooperativas de agricultores familiares: luxo ou necessidade?. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 7, 129-141. (2020).

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; BITTENCOURT, G. Agricultura familiar reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo agropecuário 2017. Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html). Acesso em: 02. fev. 2021

INSTITUTO CULTIVA. Indicadores de avaliação de resultados de ATER. Projeto: ASBRAER/MDA. Belo Horizonte/MG, 2008. 94 p.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.45, n.2, p.371-377, fev, 2015

LEEUWIS, C. *Communication for Rural Innovation: rethinking agricultural extension*. Netherlands: Blackwell Science, CTA, 2004. 410 p.

LIMA, F.A.X.; VARGAS, L.P.; SOUZA, G.M.B.; JOTA, T.A.F.; WIZNIEWSKY, J.G. Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco. *SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL online* – v. 8, n. 2 – Ago – 2014. [www.inagrodf.com.br/revista](http://www.inagrodf.com.br/revista).

LOURENZANI, W. L.. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. *Organizações Rurais & Agroindustriais [online]*. 2006, 8(3), 313-322 [fecha de Consulta 2 de Diciembre de 2020]. ISSN: 1517-3879.

MARTINS, A. et al. Empresa familiar e as dificuldades enfrentadas pelos membros da terceira geração. *Revista de Ciências da Administração*, v. 10, n. 22, p. 30-54, 2008.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. *Extramuros- Revista de Extensão Rural da Univasf. Petrolina-PE*, v. 3, n. 3, p. 10-28, edição especial, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Emile/Downloads/764-Texto%20do%20artigo-2609-1-10-20191017%20(1).pdf>. Acesso em: 09. Fev. 2021.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar. *Raíces: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2015.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, n. 2, p. 1-9, 2014.

MEDEIROS, J.; BORGES, D. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. *Revista de Administração Pública*, v.41, n.1, p.63-81, 2007.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M. GALIZONIA, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.30, n.2, p.445-463, 2013.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. A diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 27, p. 216-263, 2014

MORAIS, J. A. D.; CALLOU, A. B. F. Metodologias participativas e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Dom Hélder Câmara no assentamento Moacir Lucena. *Interações (Campo Grande)*, 18(1), 165-177. (2017).

OLIVEIRA, J. L.; ALBUQUERQUE, A. L.; PEREIRA, R. D. Governança, sucessão e profissionalização em uma empresa familiar: (re)arranjando o lugar da família multigeracional. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 14, n. 43, p. 176-192, 2012.

OLIVEIRA, M. L. R. Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais. *Revista Em Extensão*, 14(1), 30-51. (2015).

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. *Revista de Política Agrícola*, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008.

PEREIRA, J. R. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, Lavras. v. 4, n. 2, jul./dez. 2001. 10 p.

PIZZIO, A.; MILAGRES, C. S. F. Entre o discurso do reconhecimento e a prática da intervenção: a política nacional de assistência técnica e extensão rural como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(2). (2019).

PORDEUS, R. V.; COSTA, A. H. S.; SILVA, S. S.; PEREIRA, J. O. Diagnósticos Rurais Participativos nas Unidades de Produção Familiar no estado do Rio Grande do Norte Através da EMATER. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 9(4), 36-43. (2014).

ROS, C. A. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. *Mundo agrário*, v. 13, 2012.

RUAS, E. D.; BRANDÃO, I. D. M.; CARVALHO, M. A. T.; SOARES, M. H. P.; MATIAS, R. F.; GAVA, R. C.; MESONES, W. G. L. P. Metodologia participativa de

extensão rural para o desenvolvimento sustentável–MEXPAR. Belo Horizonte, p. 134, 2006.

SILVA, R. P. AS ESPECIFICIDADES DA NOVA ATER PARA AGRICULTURA FAMILIAR (The specificsofthe new ATER for Family Farming). *Revista Nera*, (23), 150-166. (2014).

SILVA, F. N. L.; PEREIRA, A. S.; ARAÚJO, O. L. A.; OLIVEIRA, L. C. MACEDO, A. R. G.; QUADROS, M. L. A.; CASTRO, N. M .S. Rural extensionmethodologiesappliedtoaquaculture a parallelbetweentheoryandpractice. *Research, SocietyandDevelopment* , 9 (8), e245984168-e245984168. 2020.

SOUZA, P. M.; FORNAZIER, A.; PONCIANO, N. J.; NEY, M. G. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. *Documentos Técnico- Científicos*, v. 42, n. 1, jan./mar. 2011.

SOUZA, A. P. D.; HONORATO, L. A.; GÓMEZ, C. U., CARDOSO, C. S.; HÖTZEL, M. J.. Construção e uso de indicadores para avaliação do manejo da ordenha: uma proposta metodológica participativa. *Ciência Rural*, 44(5), 911-917. (2014).

SOUSA, D. N.; CHARÃO-MARQUES, F.; ALMEIDA, H. C. G. Novo programa, novos atores: inovação e agroecologia na agricultura familiar do Tocantins. *Embrapa Pesca e Aquicultura-Artigo em periódico indexado (ALICE)*. 2017.

VIEIRA, A. O.; LAFORGA, G.; MADEIROS, L. B. Extensão rural no Brasil e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. *PUBVET*, 4, Art-837. (2010).

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H. C.; LOURENZANI, A. E. B. S. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na Agricultura Familiar. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, 1(1), 1-22. (2015).

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos / France Maria Gontijo Coelho - Viçosa : Ed. UFV, 2005.

